

GCM MOGI MIRIM - SP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

GUARDA CIVIL MUNICIPAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



GCM Mogi Mirim - SP
Guarda Civil Municipal

PORTUGUÊS

Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros. Identificação do tema, da finalidade, das informações explícitas e implícitas e das relações entre as partes do texto.....	1
Significação de palavras e expressões no contexto. Sinônimos, antônimos, polissemia, denotação e conotação	4
Coesão e coerência textual	9
Ortografia oficial	14
Acentuação gráfica.....	22
Pontuação	24
Classes de palavras e seus empregos no texto.....	29
Flexão nominal e verbal. Tempos e modos verbais	41
Concordância nominal e verbal	46
Regência nominal e verbal.....	52
Emprego da crase	59
Colocação pronominal.....	63
Estrutura da oração e do período. Coordenação e subordinação	65
Reescrita de frases e substituição de palavras ou expressões, preservando-se o sentido e a correção gramatical	71
Adequação da linguagem às diferentes situações de comunicação e aos registros administrativos e operacionais	74
Questões	76
Gabarito.....	85

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números inteiros, racionais e reais; Frações e números decimais	1
Razão e proporção; Regra de três simples	9
Porcentagem	13
Média aritmética	15
Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; Conversão de unidades.....	16

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Cálculos envolvendo distância, tempo e velocidade média	21
Resolução de problemas do cotidiano	28
Sequências numéricas e identificação de padrões	37
Relações lógicas entre pessoas, objetos, lugares e acontecimentos; Proposições, conectivos, negação e equivalências elementares	38
Questões	48
Gabarito	54

CONHECIMENTOS GERAIS

História e formação territorial do Município de Mogi Mirim; Aspectos geográficos e demográficos; Organização político-administrativa municipal; Estrutura básica da Administração Pública municipal; Símbolos oficiais do Município; Fontes: informações e dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações institucionais disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Mogi Mirim e da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, considerados os dados e informações consolidados até a data de publicação do edital	1
Questões	7
Gabarito	13

LEGISLAÇÃO GERAL E DIREITOS HUMANOS

Constituição Federal: direitos e garantias fundamentais; direitos individuais e coletivos; Administração Pública; princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; segurança pública; competências e atribuições constitucionais dos órgãos de segurança pública e das guardas municipais	1
Noções de Direito Administrativo: Administração Pública direta e indireta	15
Agentes públicos	21
Poderes administrativos; poder de polícia	28
Atos administrativos; deveres, proibições	31
Responsabilidades do agente público	37
Responsabilidade civil do Estado	43
Atendimento ao cidadão e prestação adequada do serviço público	48
Noções de Direito Penal: aplicação da lei penal	53
Crime consumado e tentado; dolo e culpa; concurso de pessoas; legítima defesa; estado de necessidade; estrito cumprimento do dever legal	57
Crimes contra a pessoa	75
Crimes contra o patrimônio	114
Crimes contra a Administração Pública; resistência, desobediência e desacato	147

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Noções de Direito Processual Penal: prisão em flagrante	162
Apresentação da pessoa presa à autoridade competente; busca pessoal; preservação do local da ocorrência; vestígios, evidências e cadeia de custódia; direitos e garantias da pessoa abordada ou detida	191
Lei Federal nº 13.869/2019 — crimes de abuso de autoridade	197
Lei Federal nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente: direitos fundamentais; prevenção de ameaças e violações de direitos; ato infracional; medidas de proteção e atribuições do Conselho Tutelar	203
Lei Federal nº 11.340/2006 — Lei Maria da Penha: formas de violência doméstica e familiar contra a mulher; atendimento à vítima e medidas protetivas de urgência	272
Direitos Humanos e cidadania: dignidade da pessoa humana; igualdade e não discriminação; respeito à diversidade; proteção da vida e da integridade física e moral; proteção de crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população em situação de rua e demais pessoas em situação de vulnerabilidade; legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e responsabilização na atuação do agente público	285
Questões	290
Gabarito	297

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA GCM E DO MUNICÍPIO

Lei Federal nº 13.022/2014 — Estatuto Geral das Guardas Municipais: princípios mínimos de atuação; competências gerais e específicas; criação das guardas municipais; exigências para investidura; capacitação; controle; prerrogativas; deveres e vedações	1
Lei Federal nº 13.675/2018 — Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e Sistema Único de Segurança Pública: princípios, diretrizes, objetivos, integração, coordenação e cooperação entre os órgãos de segurança pública; participação dos Municípios e das guardas municipais.....	5
Lei Federal nº 10.826/2003 — Estatuto do Desarmamento, exclusivamente quanto às disposições aplicáveis às guardas municipais, ao porte, à guarda, à responsabilidade e ao emprego de arma de fogo	26
Decreto Federal nº 11.615/2023 e alterações, exclusivamente quanto às disposições aplicáveis às guardas municipais	36
Lei Federal nº 9.503/1997 — Código de Trânsito Brasileiro: competências dos órgãos e entidades municipais; atribuições do agente de trânsito; normas gerais de circulação e conduta; sinalização de trânsito; circulação de pedestres e veículos; documentos obrigatórios; infrações e medidas administrativas relacionadas à fiscalização municipal; segurança e educação para o trânsito	67
Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, em sua versão atualizada, especialmente os arts. 1º a 14: organização municipal; disposições gerais; divisão administrativa; competências do Município e vedações.....	159

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei Municipal nº 1.181/1977 e alterações — Código de Posturas do Município de Mogi Mirim, especialmente quanto às disposições relativas à limpeza de vias, passeios e sarjetas, ao descarte de resíduos em áreas urbanas e às respectivas medidas de fiscalização e sanções administrativas.....	164
Lei Complementar Municipal nº 205/2006 e alterações: disposições aplicáveis aos servidores e empregados públicos municipais; deveres, proibições, responsabilidades e regime disciplinar.....	170
Lei Complementar Municipal nº 336/2019, com as alterações promovidas pelas Leis Complementares Municipais nº 372/2023 e nº 402/2025: Plano de Carreira e Salários da Guarda Civil Municipal de Mogi Mirim; organização da carreira; classes; hierarquia; direitos; deveres; desenvolvimento funcional; capacitação; avaliação e disciplina	190
Lei Complementar Municipal nº 411/2026, exclusivamente quanto às disposições aplicáveis ao emprego público de Guarda Civil Municipal, seus requisitos, jornada e atribuições	196
Lei Municipal nº 5.922/2017 e alterações — utilização, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que causem estampido.....	200
Lei Municipal nº 5.073/2011 e alterações — proteção ao bem-estar e ao sossego público; sons, ruídos, barulhos e poluição sonora	201
Lei Municipal nº 6.839/2024 e alterações — proibição de queimadas na área urbana do Município	209
Lei Municipal nº 6.823/2024 e alterações — sanções e penalidades administrativas decorrentes de maus-tratos aos animais	211
Questões	214
Gabarito.....	218

SUMÁRIO



LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A leitura é uma prática essencial para a participação social, para o estudo, para o trabalho e para a comunicação cotidiana. Ler não significa apenas decodificar palavras, isto é, reconhecer letras e sons. Ler envolve compreender sentidos, relacionar informações, perceber intenções, identificar ideias principais, reconhecer pistas deixadas pelo autor e interpretar o texto de acordo com o contexto em que ele circula. Por isso, leitura, compreensão e interpretação são processos ligados, mas não idênticos.

A compreensão textual está relacionada ao entendimento daquilo que o texto apresenta. Quando o leitor identifica quem fala, sobre o que se fala, quais informações aparecem, qual é a situação comunicativa e como as ideias se organizam, ele está compreendendo o texto. Já a interpretação exige ir além do que está diretamente escrito, estabelecendo relações, fazendo inferências, reconhecendo sentidos implícitos e percebendo efeitos produzidos pela linguagem.

Textos de diferentes gêneros exigem formas diferentes de leitura. Uma notícia, por exemplo, busca informar sobre um fato e costuma apresentar informações como quem, o quê, quando, onde, como e por quê. Um poema pode trabalhar imagens, emoções, ritmo e sentidos figurados. Um comunicado institucional precisa ser claro e objetivo. Uma charge combina linguagem verbal e visual para produzir crítica ou humor. Um texto instrucional orienta ações. Cada gênero tem finalidade, estrutura e linguagem próprias.

Identificar o tema é uma das primeiras tarefas do leitor. O tema corresponde ao assunto principal tratado no texto. Não deve ser confundido com detalhes ou exemplos. Em um texto sobre alimentação saudável nas escolas, por exemplo, o tema pode ser “a importância da alimentação equilibrada no ambiente escolar”, enquanto exemplos como frutas, merenda e hábitos alimentares são partes do desenvolvimento.

A ideia central é aquilo que o texto afirma de mais importante sobre o tema. Dois textos podem tratar do mesmo tema, mas defender ideias centrais diferentes. Um texto pode falar sobre tecnologia na educação para mostrar seus benefícios; outro pode abordar o mesmo tema para alertar sobre riscos do uso excessivo. Por isso, o leitor precisa observar não apenas o assunto, mas o posicionamento ou foco do texto.

A finalidade é o objetivo comunicativo. Um texto pode informar, convencer, orientar, emocionar, divertir, registrar, solicitar, explicar, criticar ou regulamentar. Reconhecer a finalidade ajuda a entender escolhas de linguagem, organização e tom. Um relatório, por exemplo, tende à objetividade; uma propaganda procura persuadir; uma orientação pedagógica busca instruir.

As informações explícitas são aquelas que aparecem claramente no texto. Já as informações implícitas precisam ser deduzidas a partir de pistas. Para compreender bem, o leitor deve unir o que está escrito ao conhecimento de mundo e ao contexto. Assim, ler é uma atividade ativa: o leitor participa da construção do sentido.

► Gêneros textuais e situações comunicativas

Os gêneros textuais são formas relativamente estáveis de comunicação usadas em diferentes situações sociais. Eles surgem das necessidades de interação das pessoas. Sempre que alguém escreve ou fala com determinado objetivo, utiliza algum gênero: bilhete, notícia, e-mail, relatório, ata, artigo de opinião, receita, manual, comunicado, conto, poema, entrevista, cartaz, mensagem, requerimento, orientação, regulamento e muitos outros.

Cada gênero textual apresenta características próprias, mas essas características não são rígidas. Elas podem variar conforme o contexto, o público, o suporte e a finalidade. Um comunicado escolar, por exemplo, geralmente é objetivo, formal e direto. Já uma mensagem enviada a um colega pode ser mais breve e informal. Um relatório precisa apresentar informações organizadas, enquanto uma crônica pode usar linguagem mais subjetiva e reflexiva.



Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6 \dots\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

- a) O sucessor de 0 é 1.
- b) O sucessor de 1000 é 1001.
- c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6 \dots\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é m-1.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se, em uma expressão numérica, aparecerem as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$10 + 12 - 6 + 7$$

$$22 - 6 + 7$$

$$16 + 7$$

$$23$$

Exemplo 2

$$40 - 9 \times 4 + 23$$

$$40 - 36 + 23$$

$$4 + 23$$

$$27$$



► Origem e formação do núcleo de povoamento

O Arraial de Mogi Mirim

A formação histórica de Mogi Mirim relaciona-se ao processo de ocupação do interior paulista promovido pelos bandeirantes. Entre 1719 e 1721 começou a constituir-se o núcleo do Arraial de Mogi Mirim, em área utilizada por expedições que avançavam em direção a Minas Gerais e Goiás. A circulação por essas rotas favoreceu a fixação de habitantes e a progressiva estruturação do povoamento.

O nome Mogi Mirim possui origem indígena. A interpretação histórica adotada pela Prefeitura é “pequeno rio das cobras”. A denominação liga a identidade municipal às características naturais da região e à presença do rio Mogi Mirim. Em documentação histórica, também aparece a antiga denominação Mogi dos Campos.

Criação da freguesia

A organização religiosa antecedeu a autonomia política. Em julho de 1747 começou a construção da primitiva Igreja Matriz de São José. Em 1º de novembro de 1751 foi criada a Freguesia de São José de Mogi Mirim, subordinada à Vila de Jundiá. O primeiro vigário, Padre Antônio Dâmaso da Silva, tomou posse em 9 de novembro daquele ano.

A freguesia possuía território muito maior que o atual Município. Sua área de influência alcançava vastas porções do interior paulista, desde a região de Jundiá até o Rio Grande, na divisa com Minas Gerais.

► Emancipação político-administrativa

Elevação à categoria de vila

Em 1769 discutiu-se qual povoação deveria ser elevada a vila: Mogi Guaçu ou Mogi Mirim. Após manifestações favoráveis às condições apresentadas por Mogi Mirim, o governo da Capitania de São Paulo determinou sua escolha.

É importante distinguir dois marcos próximos: a Ordem Régia de 11 de outubro de 1769 está ligada à criação do Município, enquanto em 22 de outubro ocorreu a instalação da Vila de São José de Mogi Mirim. Para fins históricos municipais, 22 de outubro de 1769 constitui a data central da emancipação e formação político-administrativa.

O vasto território da antiga vila

A nova vila abrangia território que se estendia aproximadamente do Rio Atibaia ao Rio Grande. Durante a ocupação do interior, diversos arraiais surgiram nessa extensa área e, posteriormente, adquiriram autonomia.

Entre os núcleos historicamente relacionados ao desmembramento desse grande território, merecem atenção:

- Caconde, Franca e Casa Branca, situadas na antiga área de influência mogimiriana.
- Rio Claro, Mogi Guaçu e Itapira, que posteriormente desenvolveram administrações próprias.
- São João da Boa Vista, Serra Negra e Espírito Santo do Pinhal, entre outros municípios formados na região.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;



LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as guardas municipais, disciplinando o § 8º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III - patrulhamento preventivo;
- IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V - uso progressivo da força.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. (Vide ADPF 995)

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

- I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
- II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
- III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;
- IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; Regulamento



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!